

Consumo e implicações ambientais na Feira Municipal de Cametá (PA): apontamentos para a Educação Ambiental

Marcelino Carmo de Lima¹

José Arimatéa Gouveia dos Santos²

Resumo: Por meio de um relato de experiência, este artigo objetiva analisar relatórios sobre uma atividade realizada na disciplina Prática Docente III ministrada no curso de Licenciatura em Ciências Naturais da UFPA/Cametá. A excursão na Feira Municipal objetivou saber até que ponto feirantes e clientes se preocupam com a origem do produto. Alguns feirantes foram questionados e as respostas foram anotadas pelos alunos do curso e relatadas para fins de avaliação, possibilitando inferir que, embora algumas pessoas tenham preocupação com as questões ambientais, suas práticas prejudicam o meio ambiente. Também há certa preocupação dos graduandos em relação aos problemas ambientais apresentados no ambiente, decorrentes de algumas práticas dos feirantes, para os quais eles apontam a Educação Ambiental como uma possível solução.

Palavras chave: consumo, meio ambiente, educação ambiental, Cametá.

1 Doutorando e Mestre em Educação em Ciências pelo Instituto de Educação Matemática e Científica, da Universidade Federal do Pará - UFPA, marcelinolima.msc@gmail.com

2 Doutorando e Mestre em Educação em Ciências pelo Instituto de Educação Matemática e Científica, da Universidade Federal do Pará - UFPA, Professor da SEDUC-PA, aribiogouveia@gmail.com

Introdução

Atualmente percebemos cada vez mais a presença de debates sobre a importância da Educação Ambiental na sociedade contemporânea, a qual reconhece a existência de uma crise ambiental provocada por costumes inerentes ao modelo de sociedade urbano industrial que produz valores individualistas, consumistas e antropocêntricos, e ainda relações de poder que nos distanciam da natureza (GUIMARÃES, 2004).

As informações que circulam por meio de debates na mídia sobre o tema **Meio Ambiente** têm contribuído minimamente para a compreensão deste tema, mas não suficiente para garantir a obtenção de informações de conceitos científicos. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) veem essa contribuição de forma problemática, pois tendem a “banalizar” o conhecimento científico, à medida que, por exemplo, empregam o termo “ecologia como sinônimo de meio ambiente”. Assim, cabe a escola o papel de “provocar a revisão dos conhecimentos, valorizando-os sempre e buscando enriquecê-los com informações científicas” (BRASIL, 1997, p. 35).

É importante ressaltar que a escola tem seu papel primordial na formação de concepções naqueles aos quais ela pretende formar e informar.

Como conteúdo escolar, de modo mais específico, a temática ambiental aparece como tema transversal, devendo permear todas as disciplinas, permitindo que as discussões deste tema assinalem “as relações recíprocas entre sociedade e ambiente, marcadas pelas necessidades humanas, seus conhecimentos e valores” (BRASIL, 1997, p. 35).

Embora haja a necessidade de uma abordagem mais geral dessa temática na educação, é preciso tomar cuidado para as especificidades com que ela tem sido tratada por alguns especialistas. Brügger (2004, p. 31) chama atenção para as diversas abordagens da questão ambiental na educação. Para esta autora, “não existe uma, mas várias modalidades de ‘educação ambiental’”, tendo em vista a própria variação no contexto da educação.

Marandino (2003, p. 812) conceitua como: “qualquer atividade organizada fora do sistema formal de educação, operando separadamente ou como parte de uma atividade mais ampla, que pretende servir a clientes previamente identificados como aprendizes e que possui objetivos de aprendizagem”. Segundo ela educação não formal se diferencia das demais categorias, visto que a **educação formal** é aquela caracterizada como um sistema de educação hierarquicamente estruturada que vai desde a escola primária até a universidade e a **educação informal** compreende “um processo realizado ao longo da vida onde cada indivíduo adquire atitudes,

valores, procedimentos e conhecimentos das experiências cotidianas e das influências educativas de seu meio – da família, no trabalho, no lazer e nas diversas mídias de massa”.

Este artigo analisa os relatórios resultantes de uma excursão na Feira Municipal de Cametá³, cujo objetivo foi buscar informações sobre a origem, produção, manuseio e qualidade dos alimentos e produtos comercializados na feira. Essa atividade foi realizada com o intuito de estabelecer relações entre o consumo e implicações ambientais, visando, sobretudo, conhecer o entendimento dos feirantes sobre questões ambientais.

Metodologia

A atividade foi realizada na disciplina Prática Docente III, ministrada para uma turma de Licenciatura em Ciências Naturais, modalidade intensiva, no Campus Universitário do Baixo Tocantins da UFPA, localizado em Cametá, nordeste do Pará. A disciplina tem como foco central discutir a importância da Educação Ambiental no currículo de Ciências Naturais, fazendo uma abordagem das principais características ecológicas da região amazônica, tais como: relevo, clima, tipos de vegetação, hidrografia, além de discutir a importância da floresta amazônica no contexto mundial e os principais problemas ambientais da Amazônia⁴.

O intuito da visita à feira foi mostrar aos graduandos a importância e a relação entre a disciplina e as diferentes possibilidades de abordagens do ensino de Ciências em ambientes não formais.

Este relato apresenta uma análise das anotações realizadas pelos alunos, obtidas nas entrevistas com os feirantes, as quais serviram de base para elaboração dos seus relatórios. A obtenção dos dados envolveu uma metodologia que torna as perguntas e respostas mais livres, o inquérito por entrevista do tipo semiestruturada, na qual pode ou não haver uma sistematização em guia de entrevista (CARMO; FERREIRA, 2008).

As perguntas que nortearam as conversas, embora tenham sido aleatórias, focaram em saber se tanto os feirantes como os consumidores expressam alguma preocupação com a origem dos produtos, levando em conta o meio ambiente e a preservação da própria saúde.

3 O complexo da feira livre envolve o Mercado Municipal de Cametá, o mercado do peixe, feira do açai, fica localizado na margem do rio Tocantins, na rua João Batista, bairro central de Cametá.

4 Adaptado a partir do texto do Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Naturais da Universidade Federal do Pará, campus Cametá. (UFPA, 2011, p. 60).

O público alvo das entrevistas foram os comerciantes dos setores de frutas, hortaliças, farinhas, peixe e carnes, pressupondo que a origem fosse local ou regional, visto que isso possibilitaria analisar as informações sobre a relação entre produção, consumo e possíveis impactos ao meio ambiente local. Entre vendedores consultados, 9 participaram das conversas, respondendo aos questionamentos.

Resultados e discussão

Condições ambientais da Feira

No decorrer da atividade, em toda a extensão da feira, contatou-se pouca organização e higiene no ambiente. As condições ambientais do local foram classificadas pelos alunos como “no mínimo, precária, pois em toda a extensão da feira não encontramos lixeiras nem coleta seletiva. Dessa forma acreditamos que o lixo é descartado em lixões a céu aberto ou até mesmo no rio próximo” (Relatório I).

A crítica apresentada no relato acima evidencia o acúmulo de lixo no entorno da feira, um problema que, na ocasião, podia ser observado com certa facilidade no local, conforme demonstram as imagens a seguir.

Figura 1: Imagens da área do trapiche no entorno da feira, mostrando a sujeira acumulada no local.



Fonte: Acervo do autor (2017).

As imagens mostram o acúmulo de resíduos sólidos e as condições de poluição ambiental no entorno da feira do município. Podemos observar que existe certa quantidade de todo tipo de sujeira embaixo da estrutura de sustentação de parte da feira, que acaba escoando para o leito do rio em forma de resíduos sólidos e esgoto, com a elevação do nível da água, aumentando também o nível de poluição.

Padrões de consumo de peixes

A evidência de pesca predatória na região merece ser destacada neste trabalho. Embora exista um controle sobre a pesca no período conhecido como *defeso*⁵, posteriormente, a pesca de peixes em tamanho fora do padrão estabelecido por lei, é recorrente, conforme relata o vendedor MR⁶, “que compra o peixe dos ribeirinhos para revender na cidade”. Embora se mostre consciente de que os peixes não estavam no tamanho ideal, o vendedor justificou que “por necessidade de sobrevivência, a colônia de pescadores na região local permitiu a pesca de no mínimo 22cm” (Relatório II).

A legislação que normatiza a pesca na região regulamenta que somente é permitida a pesca da espécie *mapará* a partir do comprimento total de 29cm (BRASIL, 2011). Além disso, existem acordos que estabelecem vigilância comunitária para evitar a pesca para comercialização durante o período do defeso, e também para que seja cumprida a determinação do tamanho mínimo para que o peixe seja pescado. No entanto, existem aqueles que burlam as regras e com ou sem justificativas, continuam suas práticas predatórias.

Figura 2: Imagens mostrando paneiro e caixa com filhotes (fifite) de mapará, com tamanho aproximado de 19 a 25 cm.



Fonte: Acervo do autor (2017).

- 5 O período do defeso é a paralisação temporária das atividades de pesca para a preservação das espécies, garantido pela Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009 (BRASIL, 2009).
- 6 Em razão da preservação da identidade dos envolvidos na pesquisa, utilizar-se-ão apenas duas letras quando se tratar dos nomes indicados nos relatórios dos alunos.

As imagens mostram um paneiro⁷ com *mapará* em tamanho abaixo do comprimento total ideal para a pesca estabelecido pela Normativa Interministerial nº 13 de 25 de outubro de 2011, que proíbe “a captura, o transporte, a comercialização, o beneficiamento e industrialização de indivíduos com comprimento total (CT) inferior aos relacionados no Anexo II desta Instrução Normativa” (BRASIL, 2011, p. 128). A outra imagem mostra o tamanho ideal de peixes para o consumo.

Pesquisas nessa área têm mostrado a relação entre a pesca predatória e o impacto negativo na quantidade de pescado. De acordo Dias *et al* (2016), entre outros fatores, a “adoção de artefatos de pesca e práticas consideradas predatórias” tem contribuído para o declínio da produtividade pesqueira na região.

Em relação à fiscalização pelo poder público, conforme os relatos dos feirantes, “a fiscalização na feira livre de Cametá, não é constante”, apenas “em casos de denúncias, a Secretaria do Meio Ambiente, faz o trabalho de fiscalização na área” (Relatório IV). Conforme a SEMMA (2017), fiscalizações têm sido realizadas com frequência, a fim de coibir a prática ilegal, que resulta em multa aos infratores. O pescado ilegal é apreendido e distribuído para as comunidades carentes da cidade. Além disso, “acordos e reuniões estão sendo feitos nas ilhas com os próprios pescadores, e quem não se enquadrar nas legislações terão suas redes de pesca retidas e também terão seu benefício do seguro defeso⁸ cancelado”.

A quebra dos acordos pelas comunidades de pescadores artesanais⁹ impõe mais pressão sobre os recursos, pondo o *mapará* em risco de desaparecer da região (SEMMA, 2017).

O uso de agroquímicos em hortaliças

Sobre os relatos referentes à qualidade dos produtos, os feirantes que vendiam hortaliças relataram que a produção dos vegetais seria originária

7 Cesto feito geralmente com fibras vegetais.

8 “Benefício destinado aos profissionais que ficam impossibilitados de trabalhar no período de defeso – meses em que a pesca para fins comerciais é proibida devido à reprodução dos peixes” (SEGURO-DEFESO, 2018).

9 “Categoria de pesca comercial praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte” (BRASIL, 2011, p. 127).

da região de Ajó nas proximidades de Cametá, e que usam serragens, caroço de açaí e esterco de galinha para o adubo orgânico e esterilizado. Entretanto, no decorrer da entrevista com o vendedor, apareceu um dos fornecedores que relatou que, antes não usavam agroquímicos, “porém esses legumes não tinham saída, afinal, os clientes não gostavam da aparência deles”. Assim, os produtores passaram a utilizar agroquímicos, justificando o uso “em pouca quantidade para combater as pragas, e assim os legumes apresentavam um aspecto mais agradável e tinha mais saída na feira” (Relatório III).

Ao expressar sua preocupação com a questão da conscientização em relação ao uso de produtos prejudiciais à saúde humana na produção agrícola, o grupo mostrou uma compreensão de meio ambiente, que o dissocia dos seres vivos. Na afirmação de que “sabemos que o uso de mais agrotóxicos em plantações causa danos, tanto para o **meio ambiente** quanto para os **seres vivos**” (Relatório III), há, claramente, a expressão de tal concepção, o que está de acordo com o que Reigota (2004) chama de representação social sobre o meio ambiente. Para esse autor, “as representações sociais estão basicamente relacionadas com as pessoas que atuam fora da comunidade científica, embora possam também aí estarem presentes” (REIGOTA, 2004, p. 12), o que é comum, visto que as pessoas elaboram suas percepções acerca do meio ambiente a partir de diferentes meios.

Apontamentos para a Educação Ambiental

A partir das análises dos relatórios, foi possível notar, através da representação dos grupos, que a maioria acredita que exista uma solução possível para amenizar os problemas apresentados no ambiente da feira, apontando que a educação ambiental detém o poder de solucioná-los. De modo geral, podemos dizer que existe uma crença de que há uma solução, que deve ser buscada dentro da educação ambiental. Uma das soluções possíveis é possibilitar às pessoas a conscientização necessária sobre os aspectos ambientais. Nesse aspecto, o grupo I afirma que o município de Cametá carece de uma melhora.

Podemos afirmar que em nosso município existe uma carência em relação a educação ambiental e precisamos unir forças para melhorar a qualidade dessa educação. Se houvesse uma conscientização a respeito dos danos causados ao ambiente e a nós, seres humanos, poderemos assim melhorar nossa qualidade de vida. (Relatório I).

As conclusões do grupo II indicam que não existe preocupação por parte de alguns em melhorar as condições ambientais gerais do espaço e que a falta de fiscalização e a não cobrança por parte dos consumidores acaba contribuindo para a permanência da situação indesejada. Embora este grupo não tenha se referido à Educação Ambiental como uma possibilidade para se resolver os problemas, o grupo entende que é necessária uma mobilização do poder público e da sociedade em geral para que medidas apropriadas sejam tomadas, visando melhorias. Além disso, “não há preocupação ambiental da parte de alguns fornecedores para a preservação dos alimentos comercializados”, e a “ausência de fiscalização agrava a situação”. Para esse grupo, embora alguns tenham consciência e a percepção da escassez dos alimentos vendidos (como no caso do *mapará*), “continuam exercendo suas atividades de maneira inadequadas, justificando que esse é seu único meio de sobrevivência”. Assim, apontam que seria “necessário além de políticas públicas, apoios governamentais” que abrangesse “toda categoria dos feirantes” e que fosse realizada a “mobilização da população para a preservação ambiental” (Relatório II).

Para o grupo III, “a atividade prática realizada na feira de Cameté serviu para nos mostrar o quanto que a população realmente não se importa com os recursos naturais”, e que “as pessoas só querem saber de serem beneficiadas”, apontando para a falta de sensibilidade, comprometimento e mobilização no sentido de que as pessoas “não fazem nada para ajudar na conservação e preservação dos recursos naturais”. Afirma ainda que, embora haja pessoas preocupadas, “ainda é pouco, mas que se todos fizessem esse pouco, no final já seria muito para ajudar na questão ambiental”. (Relatório III). No relato desse grupo existe um indicativo de que a educação ambiental pode contribuir para que o ser humano se sinta integrado ao meio ambiente, possibilitando melhor compreensão da natureza a uma utilização racional dos recursos naturais.

Essa questão faz parte da educação ambiental, que as pessoas devem se sentir que fazem parte do meio ambiente, e destruindo os recursos de sua região, vai abalar eles de alguma forma, então o que falta para essas pessoas é a consciência de respeitar os recursos naturais e dessa forma aprenderem a utilizar os recursos naturais de uma forma que não prejudique. (Relatório III).

O último grupo relata que após analisarem a relação entre as falas dos feirantes as condições ambientais na feira, concluíram “que alguns

comerciantes não têm consciência ambiental” e que “só visam o lucro”, a demonstrar pelo exemplo da lavagem e despejo de peixes estragados bem “como outros, que geralmente são jogados diretamente no solo” e na própria água do rio.

Considerações Finais

A partir da análise dos relatórios entregues pelos alunos, que constam as observações, das quais foi possível observar que embora alguns feirantes tenham preocupação com as questões ambientais, suas práticas direta ou indiretamente acabam prejudicando o meio ambiente, mesmo que estes não tenham tal consciência. Percebemos ainda que a representação social de meio ambiente e preservação ambiental é uma noção presente tanto em alunos, que demonstram concepções de senso comum, como também dos vendedores. Conforme a visão dos alunos, a grande parte dos feirantes entrevistados não tem consciência dos problemas ambientais, e não relacionam o consumo a impactos ambientais, na cadeia produtiva.

A análise possibilitou a percepção de que o discurso preservacionista prevalece quando se fala de problemas ambientais, como percebemos nas falas dos alunos e dos feirantes, o que dá sentido a afirmativa de generalização do discurso de Guimarães (2004). Percebemos que há certa preocupação dos alunos em relação aos problemas ambientais apresentados e das possíveis implicações decorrentes de práticas evidenciadas nas entrevistas com os feirantes, cujas potencialidades de resolução são apontadas para a Educação Ambiental, ideia da qual compartilhamos.

Referências

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: ciências naturais/Secretaria de Educação Fundamental*. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL, R. F. *Instrução Normativa nº 13 de 25 de outubro de 2011*. Ministério da Pesca e Agricultura. Diário Oficial da União – Imprensa Nacional. 26 de outubro de 2011.

BRASIL. R. F. *Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009*. Ministério da Pesca e Agricultura. Diário Oficial da União – Imprensa Nacional. 30 de junho de 2009.

BRÜGGER, P. *Educação ou adestramento ambiental?*. 3ª ed. rev. e ampl. – Chapecó: Argos; Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

CARMO, H; FERREIRA, M. *Metodologia da Investigação: guia para auto-aprendizagem*. 2 ed. – Lisboa – POR: Universidade Aberta, 2008.

DIAS, S.; TAVARES, F.; CORDEIRO, Y.; CORDEIRO, A. *Os acordos de pesca na perspectiva da educação ambiental transformadora: um estudo de caso da comunidade Pacuí de Baixo (Cametá-PA)*. *Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales*. julho-septiembre, 2016.

GUIMARÃES, M. *Educação ambiental: no consenso um embate?* 2ª Ed. – Campinas - SP: Papyrus, 2004. (Coleção Papyrus Educação).

MARANDINO, M. *A Prática de Ensino nas licenciaturas e a pesquisa em Ensino de Ciências: questões atuais*. *Cad. Bras. Ens. Fís.*, v. 20, n. 2: p. 168-193, ago. 2003.

REIGOTA, M. *Meio ambiente e representação social*. 6ª ed. – São Paulo: Cortez, 2004.

SEGURO-DEFESO saiba quem tem direito e como solicitar. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/noticias/emprego-e-previdencia/2018/08/seguro-defeso-saiba-quem-tem-direito-e-como-solicitar-o-beneficio>>. Acesso em: 20 de outubro de 2018.

SEMMA *realiza apreensão de mapará fora do tamanho padrão permitido*. Assessoria de Comunicação, 22 de junho de 2017. Disponível em: <http://prefeituradecameta.pa.gov.br/semma-realiza-apreensao-de-mapara-fora-tamanho-padrao-permitido/>. Acesso em: 30 de junho de 2018.

UFPA. *Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Naturais*. Faculdade de Ciências Agrárias e Naturais. Campus Universitário do Baixo Tocantins, Cametá – PA, 2011.